



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## Base Nacional Comum e o Ensino Médio: reflexões sobre os objetivos da reforma para a educação brasileira

Por: Gislaïne Angeli<sup>19</sup>

gisa.angeli@gmail.com

### Resumo

O presente artigo tem como finalidade refletir sobre a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com enfoque para o ensino médio. A Base, que está sendo discutida na educação brasileira desde a formulação da Constituição de 1988, é divulgada recentemente com algumas críticas e reflexões sobre a sua formulação, principalmente a da última fase da educação básica, o ensino médio. Para análise das discussões presentes sobre a produção e finalidades da BNCC, utilizo a teoria de Michael Apple, que aponta que os conteúdos e as formas de organização do currículo não deixam de ser construções ideológicas de uma visão de mundo e de escolhas impostas a diferentes camadas sociais que não estão representadas nesse currículo. A partir disso, serão expostos pontos de vista de especialistas sobre a construção e as mudanças propostas para o ensino médio. Em síntese, a construção de uma base envolve disputas políticas e de entendimento de mundo, e essas disputas devem ser analisadas para entender qual é a finalidade de uma base nacional e para quem esta serve.

**Palavras-chave:** Currículo; Educação Básica; Reforma do Ensino Médio.

### Resumo

La nuna artikolo celas pripensi la konstruadon de la Komuna Edukada Nacia Bazo (BNCC, laŭ la portugallingva mallongigo), kun fokusigo en la Mezlerneja sistemo. La “Bazo”, kiu estas pridiskutata en la brazila eduksistemo ekde la redaktado de la Konstitucio de 1988, estis ĵus disvastigita, kune kun kritikoj kaj pripensadoj pri ties formulado, precipe rilate al la lasta fazo de la baza edukado, la Mezlernejo. Por analizo

---

<sup>19</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduada em História pela Faculdade Porto-Alegrense (2010).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

de la nunaj diskutoj pri realigo kaj celoj de la BNCC, mi uzas la teorion de Michael Apple, kiu elmontras, ke la enhavoj kaj organizmodeloj de la lernkadro same estas ideologiaj konstruadoj de mondvizio kaj elektoj impozataj sur malsimilaj sociaj stabloj, kiuj ne estas reprezentitaj en tiu lernkadro. Ekde tio, oni elmontrus vidpunktojn de specialiĝintoj pri konstruado kaj ŝanĝoj proponataj por Mezlernejo. Sinteze, konstruado de bazo estas ĉirkaŭata de disputoj kaj politikaj kaj pri kompreno de la mondo, kaj tiuj disputoj devas esti analizitaj por ke oni komprenu kiu estas la celo de nacia bazo, kaj al kiu ĝi utilas.

**Ŝlosilvortoj:** Lernkadro, Baza Edukado, Mezlerneja Reformado.

### Abstract

This paper intends to reflect on the development of the Brazilian curricular standards, known as Base Nacional Comum Curricular (BNCC), focusing on the secondary education. The BNCC has been discussed since the formulation of the 1988 Constitution, and after its publishing, it caused criticism and reflections on its formulation, especially regarding the last stage of the basic education, the secondary education. In order to analyze the current discussions on the BNCC's development and purposes, I use Michael Apple's theory. The author points out that the curriculum's contents and organization are an ideological construct of a worldview and choices imposed on different social classes that are not represented in the curriculum. Based on this, expert's points of view on the curriculum's development and its changes proposed to the secondary education will be explored. In short, building those standards involves political and worldview conflicts and they must be analyzed in order to understand the purpose of national curricular standards and who they serve.

**Keywords:** Curriculum; Basic Education; Secondary Education Reform.

### Introdução

O presente artigo tem como finalidade refletir sobre a construção da Base Nacional Comum Curricular com enfoque para o ensino médio. A Base está sendo discutida na educação brasileira desde a criação da Constituição de 1988. A partir da formulação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014), ela ganha vida com as discussões de conselhos e especialistas e, após alterações feitas neste ano, é divulgada com algumas críticas e reflexões por parte dos profissionais da educação, principalmente a formulação da última fase da educação básica, o ensino médio.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Apesar disso, o texto referente a essa parte, que foi disponibilizado em dezembro de 2018, aborda mudanças que foram realizadas após a MP 746/20167, realizadas no governo Temer, que remodelaram as finalidades dessa etapa e, conseqüentemente, a formulação do que já havia sido discutido pelos conselhos nacionais de educação.

Para fins de organização do trabalho, o artigo será disposto na seguinte forma: exposição teórica que embasará a discussão sobre a formulação do currículo, utilizando a teoria de Michael Apple, que apresenta a construção ideológica do saber não como algo dado, mas, sim, enquanto uma realidade que deve ser criticamente examinada para entender quem está por trás da formulação e da execução do currículo e qual a seu objetivo na formação do indivíduo. Posteriormente será analisada a construção da Base Nacional Comum Curricular, desde seu surgimento na política educacional brasileira até a análise de seus objetivos, com enfoque no ensino médio e na sua reformulação a partir da MP sancionada pelo governo Temer.

O texto se propõe a ser uma reflexão sobre alguns pontos que estão em discussão sobre a formulação da base e dos seus objetivos, questionando porque alguns caminhos foram tomados e a quem serve esses modelos estabelecidos.

### **Currículo: uma abordagem crítica**

A construção de um currículo escolar vai além da constituição neutra de conhecimentos preestabelecidos a serem ensinados ou, muito menos, deve ser encarada como uma forma de organizar as questões burocráticas da escola e do trabalho do professor. O currículo escolar deve estar ligado à perspectiva do papel social da escola de “proporcionar o acesso de todos a um tipo de conhecimento que não está disponível em outro lugar, ao menos quando se pensa na grande maioria da população” (GALIAN, 2016, p. 5). Sendo assim, a escolha do currículo é um ato político e está interlaçada de conflitos sociais por tentar definir o tipo de cidadão que



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

queremos formar e como fazer isso.

Sabe-se que a escola está atrelada à sociedade capitalista na formação, produção e reprodução do conhecimento considerado necessário para a economia vigente. No entanto, não se podem desconsiderar os processos culturais existentes na elaboração do currículo. As escolas, enquanto organizações, são importantes agências de legitimação de determinados grupos sociais em detrimento de outros, por meio das quais ideologias são reestruturadas e legitimadas. Segundo Apple (2000, p. 54):

Assim, queiramos ou não, diferentes forças se introduzem no coração do currículo, do ensino e da avaliação. O que conta como conhecimento, as formas nas quais está organizado, quem tem o poder de ensiná-lo, o que conta como demonstração apropriada de sua aprendizagem e – um aspecto tão crítico quanto os anteriores – a quem é permitido fazer todas essas questões e respondê-las, tudo isso faz parte de como a dominação e a subordinação são reproduzidas e alteradas nesta sociedade. Sempre há, então, uma política que traduz o conflito entre o que alguns consideram simplesmente como descrições neutras do mundo e o que outros veem como concepções de elite que dão poder a alguns grupos enquanto o tiram de outros.

Entre uma infinidade de conhecimentos universalmente produzidos ao longo da história da humanidade, devem ser feitas escolhas do que ensinar, tornando o currículo assim um conhecimento oficial a ser transmitido. Os conteúdos e as formas de organização desse currículo não deixam de ser construções ideológicas de uma visão de mundo e de escolhas impostas a diferentes camadas sociais que não estão representadas nesse currículo (APPLE, 1989).

Por isso, no processo de análise curricular, deve-se sempre problematizar as construções do currículo a partir dos sujeitos que dela participam diretamente na construção: “Devemos, contudo, perguntar sempre: que grupo está liderando esses reforços de reforma? Esta pergunta, naturalmente, leva a uma outra questão, mais ampla. Quem se beneficia e quem perde como resultado de tudo isso?” (APPLE, 2000,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

p. 57).

Isso não quer dizer que a escolha do currículo e da organização escolar deva ser analisada simplesmente como determinada e executada por questões econômicas e de interesse das classes dominantes impostas a outros grupos. A partir da prescrição realizada na organização curricular, não podemos deixar de considerar que, dentro do Estado, os conflitos de classes e de diferentes grupos na determinação desse currículo sempre existiram como forma de contestação, resistência e ressignificação do que deve ser ensinado.

Esses conflitos existem e afetam a execução do currículo oficial no cotidiano escolar. No caso do Brasil, por exemplo, as desigualdades sociais estão presentes na configuração das diferentes realidades vividas na escola brasileira. As diferenças sociais e estruturais, além dos profissionais envolvidos, influenciaram na execução do currículo prescrito.

Ao analisar as mudanças que estão sendo moduladas a partir da formulação da Base Nacional Comum Curricular, com ênfase na reforma do ensino médio, a ideia é visualizar nos documentos e nas discussões disponíveis quais são os caminhos que a reforma está priorizando para a educação brasileira a fim de problematizar a meta 7 do Plano Nacional de Educação e suas estratégias (BRASIL, 2014):

Meta 7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

#### **Estratégias**

7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

### **Base Nacional Comum Curricular: BNCC e o ensino médio**

O projeto da Base Nacional Comum Curricular no Brasil está em discussão desde a implementação da última Constituição Nacional, em 1988, que já previa uma organização nacional do currículo escolar para a educação básica. Com a inserção da LDB 9.394/96, o processo de discussão e regulamentação da base começa a tomar forma na figura dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-2000), que estabeleciam orientações para as escolas brasileiras. Organizadas por partes, do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio, ela previa conteúdos, habilidades e competências a serem desenvolvidos, servindo como documento para normatização das redes públicas e privadas de ensino e para orientação dos exames nacionais de avaliação da educação básica.

Em 2010, foram consolidadas as discussões sobre a base, como parte das propostas do Plano Nacional de Educação na Conferência Nacional de Educação (CONAE). Em 2012, foi feita a reformulação das diretrizes nacionais curriculares atualizando o currículo para todo o ensino básico.

O Plano Nacional de Educação - PNE, organizado no ano de 2014 pela Lei 13.005, prevê 20 metas para a melhoria da educação brasileira com validade de dez anos. Entre as metas, está a formulação e a implementação da Base Nacional Comum Curricular. As discussões em torno da base foram feitas por todo o país. Debatida entre especialistas e, logo após, no ano de 2015, pela população por meio dos conselhos estaduais e municipais de educação. A ideia era a de que, após as discussões, o documento seria analisado pelo Ministério da Educação e encaminhado para o Conselho Nacional de Educação para possíveis mudanças e a partir daí a ser efetuada



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

pelo governo. Na primeira versão realizada, algumas mudanças foram propostas pelo governo Dilma para a organização do plano e uma segunda versão foi realizada com intervenção do ministério da educação, conforme previsto aos conselhos. Porém, desde então, o Ministério da Educação, o governo e as leis foram decompostos resultando na modificação de algumas pautas em torno do plano.

Com o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2016), são realizadas mudanças pelo governo interino nos objetivos da educação básica, principalmente em torno do ensino médio. A partir de uma medida provisória, apresentada em 2016 e aprovada em 2017, mudanças significativas na organização do ensino médio foram feitas. Um exemplo é a determinação de 60% das disciplinas como obrigatórias e 40% como facultativas, de modo que os alunos das redes públicas e privadas de todo o país poderão escolher entre as seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Profissional, além do aumento gradual das horas de aulas da etapa, passando a turno integral (SANTOS, 2017).

O ensino médio, última etapa da educação básica brasileira, sempre esteve na mira das mudanças educacionais. Com justificativa baseada nos péssimos índices do país nos exames internacionais de avaliação, o governo coloca como urgente sua mudança para qualificar os alunos e melhorar as metas internacionais. As mudanças para essa etapa são necessárias, não apenas por índices de avaliação, mas porque temos de melhorar o desenvolvimento social do país, e ninguém se opõe à ideia de que a educação tenha papel fundamental nisso. No entanto, devemos ter um olhar atento às mudanças que estão sendo propostas e como elas serão realizadas.

Em entrevista sobre a BNCC, o doutor em educação Roberto Rafael Dias da Silva, coloca que, infelizmente, a base curricular não tem como objetivo uma mudança na formação cidadã. Conforme Silva (*apud* SANTOS, 2017, p. 33):

Em síntese, a BNCC pode ser posicionada na justaposição entre financeirização da vida e a primazia de saberes utilitaristas. Sob essa



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

perspectiva, não é difícil compreender por que seu conceito orientador é a noção de competência. Ao mesmo tempo, em um exercício mais ampliado de pensamento, faz-se possível entender o recente sucesso das pedagogias inovadoras centradas nos interesses dos estudantes, em suas capacidades e nas promessas de autorrealização em um mundo financeirizado.

A BNCC perde seu foco na formação cidadã, lacuna importante do ensino na formação plena do indivíduo, não priorizando seu papel na qualificação e, sim, na padronização do ensino brasileiro, e tenta enquadrar o ensino médio dentro das necessidades de mercado, tanto de produção da mão de obra técnica necessária, na individualização do sujeito social e no barateamento dos serviços educacionais. Em entrevista sobre o assunto, Cláudia Piccinini se coloca contrária às mudanças ocorridas nas últimas revisões apresentadas no governo Temer. Conforme a entrevista dada pela autora (ANTUNES, 2017):

E o que nós percebemos nesse processo é que a BNCC foi incorporando as bandeiras do movimento empresarial. Apesar de o documento ter recebido uma quantidade imensa de falas, de participações, de indicações dos professores e de sindicatos durante o processo de consulta pública, o que a gente vê é que no projeto final o que está colocado é a demanda do movimento empresarial.

Exemplo da participação do empresariado na construção e elaboração do BNCC são o Movimento pela Base Nacional Comum<sup>20</sup>, organização que desde 2013 articula-se em favor da base e que conta com organizações ligadas ao empresariado e que atuam na educação pública por meio de diversos programas, e a própria Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>21</sup>, que é responsável pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, conhecido como PISA, que visa a classificar os países na formação dada aos jovens com fins de mão de obra qualificada, vista com bons olhos pelas grandes corporações para investimento

<sup>20</sup> <http://movimentopelabase.org.br/>

<sup>21</sup> <http://www.oecd.org/brazil/>





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nesses países.

A própria reformulação da LDB a partir da MP 746/20167 da reforma do ensino médio nos dá indícios dos objetivos empresariais na educação brasileira: “§7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017). Conforme David Chaves (ANTUNES, 2017), tratam-se de expressões tiradas diretamente de documentos sobre educação produzidos pela OCDE, que defende a necessidade de que a escola desenvolva nos estudantes certas “competências socioemocionais”, entendidas como elementos centrais para alavancar o desempenho nas avaliações externas.

Para Silva, “o processo de construção da Base negligencia um debate acerca dos propósitos ou finalidades públicas da escolarização”, que deveriam ser voltadas para a formação cidadã e para o exercício da democracia e não, apenas, para o processo de desenvolvimento de competências necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Seguindo Silva (SANTOS, 2017, 32), “em outras palavras, existe uma intensa preocupação com os métodos, com as didáticas e, mais recentemente, com o design pedagógico, e a consequência [...] seria um esvaziamento do debate crítico sobre as finalidades da escola”.

O que mais chama a atenção sobre o assunto é o fato de que nos últimos tempos a formulação da BNCC e a reforma do ensino médio feita por medida provisória foram adiantadas pelo governo Temer, sem nenhuma discussão pelos especialistas e, entre as 20 metas elencadas pelo PNE (2014) – as quais já deveriam estar em processo – quase nenhuma delas anda com tanta rapidez como a BNCC. Ou seja, a BNCC não servirá como melhoria efetiva do ensino público se as outras demandas previstas não forem contempladas.

Dentro dessas visíveis mudanças voltadas para o mundo empresarial e com



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

foco no desempenho nas avaliações externas, as mudanças estabelecidas pela medida provisória para o ensino médio não mostram efetivas melhoras para essa etapa final da educação básica. Conforme a própria OCDE (LIRA, 2014), o investimento é muito abaixo do necessário para um equilíbrio na infraestrutura entre as diferentes realidades das escolas brasileiras e a desvalorização dos professores com péssimos salários e sem um plano de carreira adequado, o que vemos hoje é o sucateamento da educação básica pública brasileira acompanhada por uma BNCC que não dialoga com a realidade da escola mostrando-se insuficiente para atender as demandas da sociedade, essa muito mais voltada para as necessidades dos órgãos internacionais com fins de investimento do que para a melhoria das condições sociais e das desigualdades.

### **Conclusão**

No desenvolver do artigo foi considerado que a construção de um currículo escolar vai além da constituição neutra de conhecimentos preestabelecidos a serem ensinados ou, muito menos, deve ser encarada como uma forma de organizar as questões burocráticas da escola e do trabalho do professor. A organização do currículo é um ato político e está entrelaçada de conflitos sociais por tentar definir o tipo de cidadão que queremos formar e como fazer isso.

A partir disso, para uma análise crítica sobre o currículo e para entendermos as suas reais dimensões, devemos, contudo, perguntar sempre: que grupo está liderando esses reforços de reforma? Quem se beneficia e quem perde como resultado de tudo isso?

No Brasil, o projeto da Base Nacional Comum Curricular está em discussão desde a década de 1980 e, hoje, gera várias incertezas sobre a sua finalidade e quem se beneficiará com a padronização do currículo nacional, que, apesar das discussões realizadas pelos conselhos em todo o território nacional, se percebe contemplando os interesses empresariais e das organizações internacionais de avaliação com foco no



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

estímulo financeiro.

Em específico, o ensino médio, a partir da MP 746/20167, conhecida como a reforma do ensino médio, desmereceu a contribuição da sociedade, colocando-se, conforme analisado nos documentos disponíveis, totalmente a favor das demandas do empresariado, sem levar em consideração as discussões, as realidades juvenis e as estruturas da escola pública brasileira.

Os objetivos da escola brasileira e, em especial, do ensino médio firmam um acordo com os objetivos tecnicistas com foco na formação da mão de obra. Muito longe do objetivo primordial da escola da formação cidadã e do exercício da democracia, mais uma vez o governo mostra-se insuficiente para as demandas sociais que a sociedade necessita dando o enfoque do ensino para os órgãos internacionais e as demandas empresariais do país.

## Referências

ANTUNES, André. A quem interessa a BNCC? In EPSJV/Fiocruz 23/11/2017 Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc> Acesso em 28.11.2017.

APPLE, Michael. A política do conhecimento oficial: um currículo nacional faz sentido? In APPLE, Michael. **Política Cultural e Educação**. São Paulo: Cortez, 2000. P. 53-78.

\_\_\_\_\_. Currículo e Poder. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 14, n.2, p. 46-57, jul./dez./1989.

BRASIL. **BNCC**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 28.11.2017.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.005**, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm) Acesso em 29.11. 2017.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. Currículo e conhecimento escolar na perspectiva da educação integral. **Cadernos Cenpec**. V.6, n.1, p. 3-22, dez. 2016.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

LIRA, Davi. **Gasto por aluno no Brasil é um terço do investido pelos países desenvolvidos**, 2014. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-09-09/gasto-por-aluno-no-brasil-e-um-terco-do-investido-pelos-paises-desenvolvidos.html> Acesso em 04.12. 2017

SANTOS, João Vitor. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. In **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: o futuro da educação brasileira**. São Leopoldo: Revista do Instituto Humanitas Unisinos. n 516, dez. 2017.

\_\_\_\_\_. *A Base Curricular que reverencia a lógica da financeirização – BNCC*. In **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: o futuro da educação brasileira**. São Leopoldo: Revista do Instituto Humanitas Unisinos. n 516, dez. 2017